

Assunto: **Esclarecimento complementar PE 90024/2024**
De: Rogerio Junior <decom2@mgs-clean.net>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 08/10/2024 18:26



-
- MGS - Pedido de Esclarecimento complementar.pdf (~234 KB)

Prezada Comissão, boa tarde.

Segue anexo, pedido de esclarecimento complementar referente ao PE 90024/2024.

Atenciosamente

--

MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS

DEPARTAMENTO COMERCIAL

CNPJ: 19.088.605/0001-04



Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
Pregão Eletrônico SRP nº: 90024/2024

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO MGS CLEAN

Esclarecimento 1: Algum profissional faz/fará jus ao adicional de periculosidade/insalubridade, se sim, qual o percentual?

Esclarecimento 2: Qual o valor da tarifa do modal utilizada para esta contratação?

Esclarecimento 3: Qual o percentual de ISS para o objeto em questão licitado?

Esclarecimento 4: Será necessário a disponibilização de armários para utilização dos profissionais? Se sim, quantos?

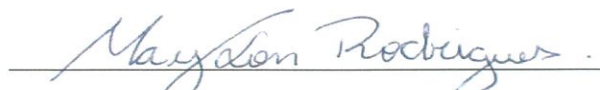
Esclarecimento 5: Não observamos dentro dos documentos o ETP onde constaria a descrição do serviço prestado pelos profissionais de forma que pudesse elucidar com mais presteza e acerto a composição dos custos. Pergunta-se se há, caso positivo, pode disponibilizar?

Esclarecimento 6: O item 7.4 do TR, dita a possibilidade de subcontratação na execução da obra. Contudo, não menciona o quantitativo permitido para tal, abrindo margem para dúvidas interpretações. Pergunta-se, em qual etapa a Administração estabelecerá tal condição-restrição?

Esclarecimento 7: O item 15.18 do TR, dita a possibilidade quanto a empresa trazer em sua cotação por meio do Simples Nacional, contudo, observamos que o objeto se trata de fornecimento de mão de obra, neste sentido não havendo possibilidade de benefício de tal tributação. Está correto o nosso entendimento, caso positivo, as empresas que assim o fizer serão consideradas desclassificadas do certame?

Esclarecimento 8: Quanto ao percentual de despesa e lucro existe algum percentual mínimo adotado pela Administração para que as empresas sejam consideradas exequíveis, sem prejuízo à habilitação? Se sim, qual?

Atenciosamente,


MAYKON RODRIGUES
SÓCIO ADMINISTRADOR



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Sala do Pregão Eletrônico



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão Eletrônico nº 90024/2024

Processo nº: 4.351/2024

Saquarema, 11 de outubro de 2024.

Prezado(a) Senhor(a)

Em atenção ao e-mail de 08/10/2024 18:26h que se refere a solicitação de:

Pergunta 1:

Algum profissional faz/fará jus ao adicional de periculosidade/insalubridade, se sim, qual o percentual?

Resposta 1:

Determinados profissionais poderão ter direito ao adicional de periculosidade ou insalubridade, dependendo do ambiente de trabalho e do tipo de função exercida. O percentual de periculosidade é de 30% sobre o salário-base, conforme a legislação brasileira. Já o adicional de insalubridade varia de 10% a 40%, dependendo da classificação do risco ambiental. A definição exata dependerá da avaliação do ambiente em que os profissionais atuarão.

Pergunta 2:

Qual o valor da tarifa do modal utilizada para esta contratação?

Resposta 2:

A tarifa modal utilizada para a contratação não foi especificada, portanto, será necessário obter informações junto as empresas de transporte urbano ou utilizando média das tarifas praticadas na região.



PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

Pergunta 3:

Qual o percentual de ISS para o objeto em questão licitado?

Resposta 3:

O percentual de ISS para o objeto da licitação pode ser consultado no código tributário municipal disponível no site oficial do município.

Pergunta 4:

Será necessário a disponibilização de armários para utilização dos profissionais?
Se sim, quantos?

Resposta 4:

Não há essa exigência. A forma de disponibilização de conforto e segurança é de foro íntimo de cada empresa, não cabendo a administração arbitrar nesse particular.

Pergunta 5:

Não observamos dentro dos documentos o ETP onde constaria a descrição do serviço prestado pelos profissionais de forma que pudesse elucidar com mais presteza e acerto a composição dos custos. Pergunta-se se há, caso positivo, pode disponibilizar?

Resposta 5:

Em resposta ao questionamento sobre a ausência do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nos documentos apresentados, onde se esperava a descrição detalhada dos serviços prestados pelos profissionais para elucidar a composição dos custos, esclarecemos que, conforme o Acórdão TCE/RJ nº 029139/2024, a disponibilização do ETP é um ato discricionário do gestor. Isso significa que o gestor tem autonomia para decidir se o estudo será divulgado ou não.

No entanto, a descrição dos serviços pode ser amplamente verificada através do Termo de Referência já disponibilizado. Esse documento contém as informações necessárias para a formulação das propostas, incluindo planilhas anexas que detalham a composição dos custos, permitindo aos licitantes compreender os parâmetros utilizados para a precificação dos serviços.



PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

Pergunta 6:

O item 7.4 do TR, dita a possibilidade de subcontratação na execução da obra. Contudo, não menciona o quantitativo permitido para tal, abrindo margem para dúvidas interpretações. Pergunta-se, em qual etapa a Administração estabelecerá tal condição-restrição?

Resposta 6:

Informamos que houve uma omissão quanto ao percentual de subcontratação permitido para o objeto da licitação. Reconhecemos a importância desse detalhe e comunicamos que a questão será revista. Um novo edital, com a devida correção e inclusão desse percentual, será publicado oportunamente. No momento, o prazo para essa publicação está indefinido (SINE DIE).

Pergunta 7:

O item 15.18 do TR, dita a possibilidade quanto a empresa trazer em sua cotação por meio do Simples Nacional, contudo, observamos que o objeto se trata de fornecimento de mão de obra, neste sentido não havendo possibilidade de benefício de tal tributação. Está correto o nosso entendimento, caso positivo, as empresas que assim o fizer serão consideradas desclassificadas do certame?

Resposta 7:

Informamos que foi identificada uma divergência entre o texto do item 15.18 do Termo de Referência, a Lei Complementar 123/06 e o objeto da licitação. Para garantir a conformidade com a legislação e o correto alinhamento com o objeto licitado, estamos realizando uma revisão detalhada desse item. O Termo de Referência revisado será publicado juntamente com o novo edital, que, no momento, encontra-se com prazo de publicação indefinido (SINE DIE) para revisão.

Pergunta 8:

Quanto ao percentual de despesa e lucro existe algum percentual mínimo adotado pela Administração para que as empresas sejam consideradas exequíveis, sem prejuízo à habilitação? Se sim, qual?



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Sala do Pregão Eletrônico



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

Resposta 8:

Não foi adotado nenhum percentual mínimo específico para despesas e lucro que garanta a exequibilidade das propostas. Porém, em caso de dúvida, será exigido das empresas apresentem a composição de preços equilibrada e que garantam a viabilidade econômica/financeira, bem como a boa execução dos serviços.

Atenciosamente,


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro
Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109